



## Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de  
Justiça  
para os devidos fins.

Em 07/03/16

Chagas  
Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Plurino Moura

para relatar.

Em 07/03/16

[Assinatura]  
Presidente Comissão de Constituição  
e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ  
*Assembleia Legislativa*

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA**

MENSAGEM: 009/GG

PROCESSO: 9107/2016

RELATOR: DEP. ALUÍSIO MARTINS.

**I – RELATÓRIO**

Foi encaminhada a esta Relatoria nos termos formais do Regimento Interno, para o fim de emitir parecer conforme o mesmo diploma legal, a proposição em epígrafe que Veta totalmente o Projeto de Lei de iniciativa do Deputado Luciano Nunes que **“Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas licitações de bens e serviços e obras no âmbito da administração pública estadual”**. A proposição passa por esta comissão de Constituição e Justiça, para verificar sua legalidade, constitucionalidade e boa técnica legislativa.

**II – PARECER**

O objetivo da mensagem em pauta, de autoria do Governador do Estado, visa vetar totalmente o projeto de lei acima mencionado, apresentado a este vício de inconstitucionalidade formal ao usurpar a competência legislativa privativa da União de legislar sobre normais gerais de licitação, conforme o artigo 22, inciso XXVII da Constituição Federal:

Art. 22 – compete privativamente à União legislar sobre:

XXVII – Normas gerais de licitação e contratação em todas as modalidades para as administrações públicas diretas, autarquias e fundacionais, obedecido o disposto no art. 37, XXI e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III.



## **ESTADO DO PIAUÍ** *Assembleia Legislativa*

Além de ferir o artigo 146 da Carta Magna e os dispositivos das leis complementares 132/2006 e 8666/1993.

Depois de analisada, notadamente a matéria é constitucional, legal e obediente à boa técnica legislativa.

### **III – VOTO DO RELATOR**

Segundo as normas regimentais desta casa legislativa, a proposição em análise colocada à apreciação desta comissão, deverá seguir seu trâmite normal no processo legislativo.

Assim, cumprindo todas as formalidades regimentais, não havendo óbices quando aos aspectos que compete a esta Comissão examinar, nosso parecer é FAVORÁVEL ao veto, objeto da Mensagem 009/GG (PROCESSO: 9107/2016), autoria do Governador do Estado do Piauí.

### **IV – PARECER DA COMISSÃO**

A comissão de Constituição e Justiça, após análise e discussão da matéria, delibera na forma a seguir, depois de apurado através dos votos dos Deputados membros da Comissão, presentes a reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos.

Pelo acatamento( )

Pela rejeição( )

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 29 de março de  
2016.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
*Assembleia Legislativa*

**DEP. ALUÍSIO MARTINS – PT**  
**RELATOR**

APROVADO À UNANIMIDADE
em 29/03/16
Presidente da Comissão de
Justiça